

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



DESIGUALDADE SEXUAL E DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: um debate sobre políticas públicas no governo Bolsonaro

Natália Vilma Monteiro de Oliveira¹

Júlia Spinelli Alves²

Alaine Jessica Marques Ferreira³

RESUMO

Em decorrência das particularidades da opressão sexual e de gênero das quais múltiplas mulheres são sobreviventes, as políticas públicas de enfrentamento à violência constituem uma demanda histórica do movimento feminista no Brasil e no mundo. Durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), tal demanda ganhou novas proporções mediante o aprofundamento de uma série de ataques institucionais à diversidade humana, refletido sobretudo na reação neoconservadora e neoliberal da extrema-direita. Este artigo, então, pretende realizar um debate em torno das implicações que o governo Bolsonaro gerou na rede de enfrentamento à violência sexual e de gênero, através da análise bibliográfica e documental centrada na abordagem quanti-qualitativa e orientada pelo método crítico-dialético. Assim, observamos que o processo de desmonte das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres no Brasil tem raízes profundas, cuja sustentação extrapola a dimensão da desigualdade: está expressa na totalidade das relações políticas, econômicas e ideológicas.

Palavras-chave: Violência. Desigualdade Sexual. Políticas Públicas. Extrema-direita.

ABSTRACT

As a result of the particularities of sexual and gender oppression that women are survivors of, public policies to combat violence constitute historical demand of the feminist movement in Brazil and in the world. During the government of Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), this demand gained new proportions through the deepening series of institutional attacks on human diversity, reflected above all in the neoconservative and neoliberal reaction of the extreme-right. This article intends to carry out a debate around the implications that the Bolsonaro government generated in the network to combat sexual and gender violence, through bibliographical and documental analysis centered on the quantitative-qualitative approach and guided by the critical-dialectical method. Thus, we observe that the process of dismantling public policies to combat violence against women in

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestranda em Serviço Social; natalia.vilma.016@ufrn.edu.br.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Graduanda em Serviço Social; julia.spinelli.098@ufrn.edu.br.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Graduanda em Serviço Social;
alaine.marques.105@ufrn.edu.br.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Brazil has deep roots, whose support goes beyond the dimension of inequality: it is expressed in the totality of political, economic and ideological relations.

Keywords: Violence. Sexual Inequality. Public Policy. Extreme-right.

1 INTRODUÇÃO

O entendimento acerca da violência contra as mulheres conceituada pela *Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*, estrutura-se, consoante o art. 1º, como qualquer ação, baseada em função do sexo, que cause dano físico, psicológico e sexual à mulher ou que cause morte, no âmbito público ou privado (BRASIL, 2011). A determinação da violência contra as mulheres nos permite entender seu caráter multifacetário, enquanto explicita a base da violência a partir do tripé opressão-dominação-exploração de sexo, mas também raça/etnia e classe como elementos indissociáveis, conforme são categorias que compõem a totalidade como base analítica na discussão do patriarcado, do racismo e do capitalismo, fundamentada a partir da aproximação com o materialismo histórico-dialético.

Desde o golpe jurídico-parlamentar de 2016, no Brasil, observamos o aprofundamento da organização política do neoliberalismo e de um crescente tensionamento ideológico esvaziado de consciência de classe, raça e gênero, bem como o distanciamento da razão crítica que foi sendo gradativamente substituída pelo falso moralismo. Como consequência desse contexto, que podemos chamar de reação neoconservadora e neoliberal da extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) surge como o salvador, ungido por Deus, para salvar o país da crise econômica, política e ideológica. Seu discurso desprovido de fundamento científico, despolitizado, religioso, abertamente machista, sexista e LGBTfóbico, alinhado à sua perspectiva acrítica da realidade, provocou um ciclo contínuo de violência a partir da desresponsabilização do Estado e do ataque massivo às mulheres.

Nesse sentido, buscamos realizar um debate em torno das implicações que o governo Bolsonaro gerou na rede de enfrentamento à violência sexual e de gênero,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ao analisarmos tanto algumas das raízes históricas da violência e das ferramentas contemporâneas de legitimação das opressões direcionadas às mulheres, quanto dos impactos que a ausência orçamentária nas políticas públicas provocou na rede de enfrentamento à violência. Partimos, então, da análise bibliográfica de autoras e autores determinantes para esta investigação, entre eles: Wittig (2022), Biroli e Miguel (2014), Rubin (1993), Silva (2008) e Martins (2013) e da análise documental de instrumentos de planejamento orçamentário, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (2019), centralizando este trabalho na abordagem quanti-qualitativa, pois como afirma Prates (2012) a expressão do real se manifesta por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados.

Uma vez que incorporamos esses elementos dentro de uma perspectiva de totalidade e historicidade, estamos de acordo com o método crítico-dialético, cujos princípios e fundamentos defendemos, neste trabalho, para a análise da desigualdade e da violência sexual e de gênero. As perspectivas de totalidade e materialidade do método é o que priorizamos, à priori, ao compreendermos a necessidade de superar leituras fragmentadas e subjetivistas dos processos sociais que envolvem o lugar das mulheres no capitalismo e suas opressões específicas.

Nesse sentido, nos tópicos abaixo discorreremos sobre algumas principais raízes históricas da desigualdade sexual e de gênero e da violência dirigida às mulheres, fazendo um balanço sobre os fenômenos da dominação masculina, do neoconservadorismo e do heteropatriarcado. Em seguida, abordamos o processo de enfraquecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no governo Bolsonaro, a partir da análise de dados orçamentários disponibilizados publicamente. Assim, este trabalho se justifica tanto pela necessidade de ampliar a análise totalizante da violência contra as mulheres no contexto brasileiro atual, quanto pela sua tentativa de contribuir para o entendimento das raízes dessa violência.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 NEOCONSERVADORISMO E HETEROPATRIARCADO: raízes da violência sexual e de gênero

Analisar o aprofundamento da desigualdade sexual e de gênero das últimas décadas no Brasil exige pensarmos em fatores históricos decorrentes da preservação das bases ideológicas da heterossexualidade, do patriarcado e do conservadorismo. A dualidade entre a esfera pública e a privada, por exemplo, própria da dinâmica moderna de separação da vida pessoal, familiar e doméstica da vida que provém valores universais e racionais, determinou o papel exclusivo das mulheres à esfera privada, enclausurando-as, necessariamente, na dinâmica passiva de um casamento heterossexual. Tal separação significou o que Biroli e Miguel (2014) chamaram de *preservação da esfera privada em relação à intervenção do Estado* e que refletiu no que Wittig (2022) analisou: o Estado não intervém diretamente em questões domésticas, pois a autoridade é transferida exclusivamente ao marido.

Isso significou, ao longo de centenas de anos, uma defesa intransigente da privacidade da família, em detrimento da construção da individualidade, da autonomia e da organização coletiva das mulheres, que se refletiu rapidamente no conhecido *slogan* “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. A relação de dominação e violência que predomina, ainda, na maior parte das relações conjugais heterossexuais é reflexo de uma série de determinações materiais e históricas que exigem que as mulheres correspondam à ideia de um “grupo natural”, isto é, que sejam irracionais, passivas e inferiores, enquanto a origem das opressões que vivenciam estaria nelas mesmas. Dessa maneira, o processo de naturalização do sexo e da heterossexualidade contribuiu para a definição do lugar das mulheres e dos homens, atribuindo qualquer tipo de opressão das mulheres à sua condição natural e biológica. Nesse sentido, as mulheres seriam culpabilizadas tanto pelo que sofrem quanto pelo que supostamente são.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nos limites da vida privada, à medida em que as diferenças sexuais são naturalizadas, as mulheres perdem o posto de cidadãos conforme os princípios da cidadania e da justiça são, historicamente, próprios da esfera pública. A exigência da integridade do ambiente doméstico é direcionada à instituição da família heterossexual, e não às mulheres enquanto grupo, o que nos é muito evidente quando as mulheres não são protegidas da violência masculina e quando as mulheres lésbicas, em especial, estão à margem dos direitos constitucionais que envolvem a proteção familiar. Ou seja, mesmo na suposta boa intenção de preservar os valores e os afetos familiares, as mulheres são excluídas desse “pacto social”, uma vez que não são “dignas” de preservação.

Segundo Martins (2013), a violência contra a mulher decorre dos processos de socialização das bases patriarcais que definiram, historicamente, o homem como centro detentor do poder e a violência como forma natural de garantia desse poder. Alinhado a isso, são precisamente os elementos históricos e culturais da formação social brasileira que aprofundam a inserção das mulheres em um ciclo contínuo de violência no país, entre as necessidades da vida pública, da esfera doméstica e de todas as outras dimensões da vida social. São esses elementos, portanto, que favoreceram a reprodução da herança cultural que difere masculinidade e feminilidade a partir da estrutura da opressão sexual.

Além disso, a naturalização do sexo e da heterossexualidade pode ser atribuída, nos contextos atuais, às bases ideológicas do conservadorismo. O que nós chamamos de *neoconservadorismo*, hoje, inclui uma atualização da naturalização dos papéis e dos lugares atribuídos às mulheres historicamente: os da esposa, da mãe, da cuidadora, da feminina, entre outros; e é responsável, entre outros aspectos, pela normalização da desigualdade e da violência sexual e de gênero desde à socialização infantil. Isso porque é a ideologia conservadora que, no avanço das práticas neoliberais do capitalismo mundial, melhor se adequa aos valores dos grupos dominantes, quais sejam: a valorização da família burguesa, a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



defesa da propriedade privada, a conservação da religiosidade cristã, da heterossexualidade, da monogamia e da soberania masculina.

Mais que isso: a ideologia conservadora é uma das mais importantes ferramentas de legitimação dos múltiplos processos de desmonte das políticas públicas que envolvem as mulheres e a população LGBTI+, por exemplo, configurando-se não apenas como uma ação, mas como uma reação aos momentos de maior tensionamento do debate em torno da diversidade sexual e de gênero na esfera pública. É a reação de grupos conservadores e fundamentalistas que, no bojo da luta pela hegemonia ideológica no Brasil, tende a fragilizar as reivindicações feministas, a questionar a necessidade das políticas públicas específicas às mulheres e a barrar o avanço da rede de enfrentamento à violência, como vem acontecendo, por exemplo, desde a proposição do chamado *Estatuto do Nascituro*.

Desde 2007, integrantes da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) do Congresso Nacional lutam pela aprovação do *Estatuto do Nascituro*, um projeto de lei cujo objetivo é atribuir personalidade jurídica aos embriões humanos e, consequentemente, impedir o aborto legal em qualquer situação. Até os casos em que o aborto é permitido por lei são duramente atacados por setores conservadores, a exemplo da situação que ocorreu no Recife, em 2020, quando parlamentares evangélicos tentaram barrar o aborto legal de uma menina de 10 (dez) anos que foi estuprada pelo tio e conseguiu autorização da justiça para interromper a gravidez. Do outro lado, as tentativas dos movimentos feministas de ampliar seus direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o direito irrestrito ao aborto, são barradas sucessivamente enquanto reflexo da violência estrutural e institucional dirigida às mulheres no país.

Dito isto, concordamos com a afirmativa de Silva (2008) de que a violência, em suas variadas expressões, é uma categoria que se realiza como complexo social e que, portanto, está longe de qualquer paradigma biologicista que naturaliza as relações de violência baseadas em um destino biológico e natural, considerando

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que, como afirmou Rubin (1993), o próprio sexo é produto social. Isso porque quando se afirma que o destino dos homens é assegurar a relação familiar, pessoal e institucional através da violência contra as mulheres, e que estas, por sua vez, estão fadadas a uma vida de submissão e violência, se interrompe o processo de reconhecimento das raízes sociais e históricas demandado pela transformação das relações humanas.

Dito isto, o contexto político, econômico e ideológico da última década no Brasil aponta para o aprofundamento desse processo de naturalização da realidade social e, conseqüentemente, dos processos sociais onde assentam a desigualdade e a violência sexual e de gênero. Como efeito, temos o crescente enfraquecimento das políticas públicas destinadas ao combate à violência contra as mulheres, uma vez que o avanço político da extrema-direita, com a inserção do governo Bolsonaro em 2019, significou a legitimação dos anseios burgueses em desmontar o aparato público em nome da exaltação das práticas neoliberais e dos valores neoconservadores em curso.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES O SEU ASFIXIAMENTO NO GOVERNO BOLSONARO

O processo que culminou no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), representante eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e por trabalhadores, levou o país a novos direcionamentos englobando tanto o campo político, quanto econômico e social. Essa destituição culminou, dentre as várias modificações estruturais na sociedade, em sucessivos retrocessos dos direitos sociais. Nessa direção, a posse do então vice-presidente, Michel Temer (2016-2018), abriu margem para a retomada da ideologia hegemônica da burguesia, a qual encontrou na instalação política da extrema-direita campo fértil para seus interesses, em meio a uma verdadeira crise política e econômica evidenciada com o golpe jurídico-midiático-parlamentar, ministrado em 2016. Nesse contexto, a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



propagação e a consolidação da racionalidade neoliberal ampliaram o papel do Estado na direção da financeirização do capital.

No âmbito da condução político-administrativa do país, a posse do ex-presidente Bolsonaro significou um agravante de maior magnitude, porque os efeitos catastróficos que a figura presidencial representou em seus anos de gestão incluem as propostas irredutíveis de privatização do aparato estatal e da militarização do sistema de segurança pública, a exemplo do anseio em garantir o porte de armas a toda a população - que foi a intenção basilar de sua campanha política - em especial aos homens. Foram propostas que, sem dúvidas, estimularam a violência masculina e enfraqueceram a perspectiva de proteção social de sujeitos historicamente reprimidos, em especial as mulheres.

Além disso, a implementação da bancada evangélica-conservadora do parlamento favoreceu em peso a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018, de modo que explorou e continua explorando valores tradicionalistas ao defender a família heterossexual e monogâmica como o único modelo legítimo de instituição familiar. Paulatinamente, propôs resgatar o discurso anticomunista de que os setores de esquerda seriam os responsáveis pela polarização política do país, na medida em que buscavam destruir a família tradicional e o sentimento de nacionalismo e exaltação da religiosidade. É, então, a partir do discurso de deslegitimar aqueles que não coadunam com os valores político-ideológicos da extrema-direita que a família nuclear burguesa se reestrutura, de modo a organizar as atividades econômicas, políticas e culturais.

A partir deste cenário de crise estrutural, analisamos o direcionamento das políticas públicas voltadas para as mulheres como um movimento que sofreu um alarmante enfraquecimento, sobretudo as relativas ao combate à violência. Nesse ínterim, analisar tal condução das políticas exige um enfoque nas relações de poder que aponta a estrutura econômica como subjacente à desigualdade sexual e de gênero. Dessa forma, podemos citar o desmantelamento de estruturas institucionais que atuavam na promoção dos direitos das mulheres e no combate à violência, a

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



exemplo do Ministério das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que sofreu um crítico esvaziamento em termos de orçamento e de redução de sua capacidade de atuação, o que comprometeu a implementação efetiva das políticas voltada às mulheres.

Nesse sentido, no que se refere ao combate à violência contra a mulher, verificamos que o Plano Plurianual (PPA [2016-2019]) apresenta objetivos específicos, os quais estavam alinhados ao *Programa 2016*, que conduzem as “Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência” (BRASIL, p. 216, 2016). No entanto, mesmo possuindo um programa, os dados orçamentários destinados para este já sinalizavam as expressivas reduções que impactaram diretamente o desempenho das ações propostas.

Para demonstrar a evolução orçamentária, realizamos consultas na Plataforma SIGA Brasil, onde constam as informações sobre a alocação do orçamento federal com base em valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Diante disso, verificamos que o *Programa 2016* contempla: os Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, a Ampliação das Centrais de Atendimento à Mulher, como o serviço “Ligue 180” e a Construção das unidades de acolhimento, como a Casa da Mulher Brasileira.

A partir disso, avaliando os dados orçamentários destinados ao *Programa 2016*, notamos que o ano de 2016 apresentou a maior destinação orçamentária, onde foram autorizados um pouco mais de R\$173 milhões, dos quais foram pagos R\$57 milhões. Em 2017, houve uma redução de mais de R\$43 milhões nos valores autorizados em comparação ao ano anterior. Dos R\$130 milhões autorizados neste ano, foram pagos somente R\$47 milhões. O ano de 2018, por sua vez, registrou o menor valor autorizado, ficando em apenas R\$65 milhões, e os pagos em R\$32 milhões. Já em 2019, há um ínfimo incremento nos valores autorizados, ficando estes em R\$65 milhões, e pagos em R\$35 milhões. Esses poucos recursos expõem que o *Programa 2016* não teve a atenção necessária, corroborando para o

PROMOÇÃO

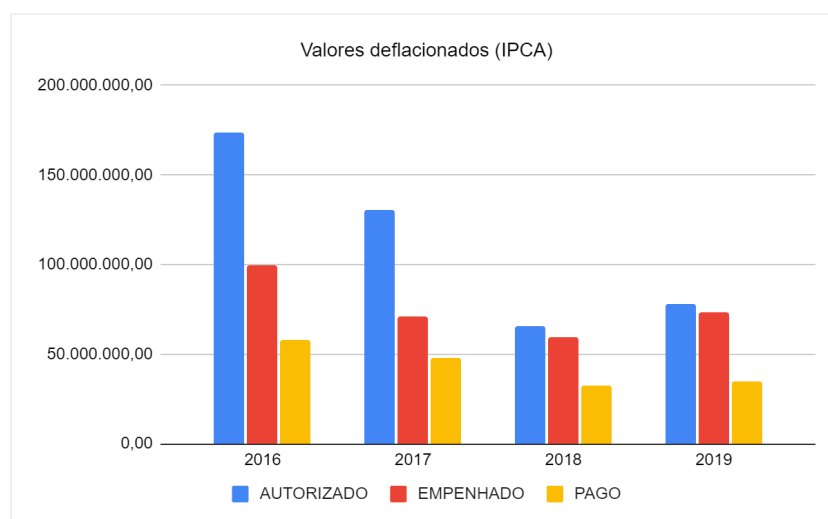


APOIO



sucateamento das ações e serviços voltados para o combate à violência contra a mulher. A partir do Gráfico 1, fica nítido a regressão dos investimentos destinados ao programa, e o esvaziamento orçamentário é perceptível quando analisamos a diferença entre os valores autorizados e os efetivamente pagos. Observamos, então, uma tendência decrescente durante o período de 2016-2019.

Gráfico 1 - Programa: 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção Da Igualdade e Enfrentamento À Violência



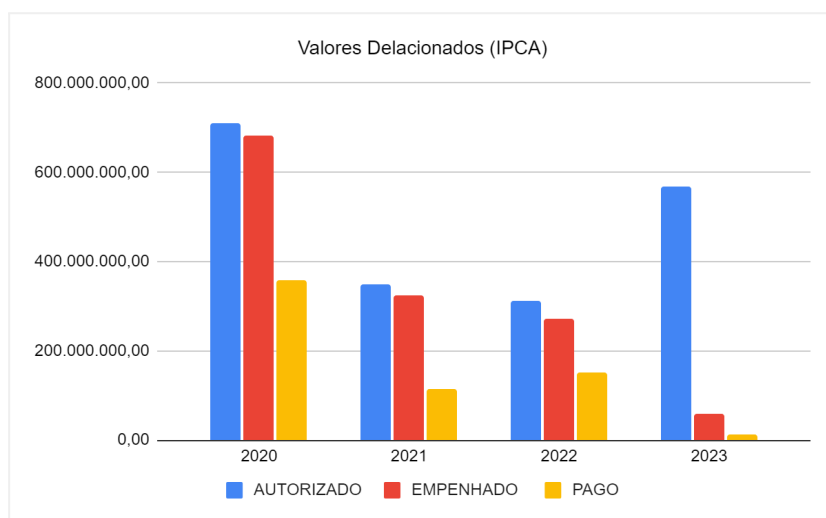
Fonte: Siga Brasil (junho/2023). Elaboração Própria

Com a transição do governo Temer (2016-2018) para o governo Bolsonaro (2019-2022), houve mudanças dos ministérios e, a partir disso, as políticas para as mulheres que antes eram centralizadas no Ministério dos Direitos Humanos (MDH), passou a ser administrada pela gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Dessa forma, as *Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*, que possuía um programa específico, passou a ser abarcada, conforme o PPA (2020-2023), pelo “Programa: 5034 Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos” (BRASIL, 2020, p. 139). Uma mudança que, certamente, foi reflexo da propagação

da perspectiva conservadora de família e direitos humanos defendida pela gestão do governo Bolsonaro.

Além disso, a modificação dos ministérios impactou diretamente na obtenção dos recursos orçamentários que subsidiavam as políticas, pois além da agenda voltada para as mulheres, o Programa 5034 contemplou as políticas relativas ao “Fortalecimento da Família; a Promoção e Defesa dos direitos da Pessoa Idosa, ao Funcionamento dos Conselhos e Comissões de Direitos, a Publicidade de Utilidade Pública”, entre outros (Lei Orçamentária Anual, 2019, p. 139-140). A destinação orçamentária para o Programa: 5034 pode ser observada no Gráfico 2 a seguir, considerando os anos de 2020 a 2023.

Gráfico 2- Programa: 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e defesa dos direitos humanos para todos (2020-2023)



Fonte: Siga Brasil (junho/2023). Elaboração Própria

Os valores autorizados para a execução do *Programa: 5034*, em 2020, ficaram em R\$710 milhões, contudo o quantitativo pago foi de R\$356 milhões, uma diferença de R\$354 milhões somente neste ano. O ano de 2021 ficou ainda pior, dos R\$349 milhões de valores autorizados, foram pagos R\$113 milhões. O ano de 2022 seguiu na mesma linha, onde foram autorizados R\$312 milhões, e pagos R\$150

PROMOÇÃO



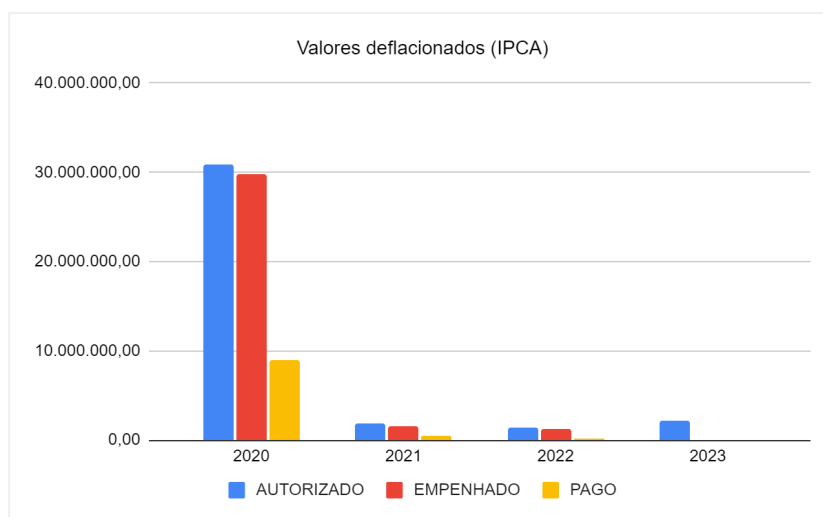
APOIO



milhões. Os dados de junho de 2023 já evidenciam uma diferença de mais de R\$556 milhões entre autorizados e pagos.

Como mencionado anteriormente, o *Programa 2016* passou a ser uma ação cujo código foi o 218B. De modo geral, ao longo do período de 2020-2023, a ação obteve apenas R\$36 milhões em valores autorizados, todavia foram pagos R\$9 milhões, sendo que até junho de 2023 não há registros de valores pagos. O Gráfico 3 a seguir demonstra a destinação orçamentária para a ação dentro do *Programa 5034*. Fica evidente, por meio dos dados apresentados, o comprometimento orçamentário, além do fato de que esta ficou aquém das prioridades do Governo Federal, o que ocorreu devido a centralização e priorização de outras agendas. Acreditamos, portanto, que para que o fortalecimento das “Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” se efetive, deverá haver um programa de políticas públicas com os devidos recursos orçamentários para que esta efetivação supra a manutenção e a qualidade dos serviços e ações.

Gráfico 3- Execução Financeira da Ação Orçamentária - 218B: Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no período 2020 a 2023



Fonte: Siga Brasil (junho/2023). Elaboração Própria

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Todos os dados apresentados, mesmo que de forma parcial, estão sendo explicitados para destacar o caminho de enfraquecimento das políticas públicas voltadas para as mulheres. Centralizá-las em um Ministério que demonstrou, transparentemente, a sua defesa exclusiva ao núcleo familiar tradicional, excluindo a perspectiva de proteção integral às mulheres, corroborou para a fragmentação e a descontinuidade dos recursos financeiros destinados às políticas de igualdade e combate à violência sexual e de gênero.

4 CONCLUSÃO

As múltiplas formas de violência contra a mulher apresentam um crescimento acentuado. As causas apontam para o sucateamento das políticas públicas, em especial as de enfrentamento à violência contra as mulheres, para o recrudescimento do pensamento conservador, para os desdobramentos do fundamentalismo moral e religioso, bem como para a posituação do contexto de armamento dos homens no Brasil. Conforme o golpe sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff deflagrou a escalada conservadora, autoritária e neoliberal, as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram enfraquecidas e, por vezes, invisibilizadas, demonstrando que no espaço em que vigora ações antidemocráticas, o acesso ao direito social não tem vez.

Nesse sentido, buscamos trazer à tona algumas das principais razões históricas para a manutenção desse cenário no Brasil, uma vez que entendemos a relevância de historicizar os fenômenos contemporâneos e articulá-los com os processos teórico-políticos que os fundamentam. Da mesma maneira, trouxemos elementos quantitativos que demonstram a descontinuidade dos investimentos destinados aos programas de enfrentamento à desigualdade e a violência sexual e de gênero, enquanto reflexo do menosprezo do governo Bolsonaro à articulação estatal com fins à proteção integral das mulheres. Por fim, embora acreditemos que a derrota do governo Bolsonaro nas urnas não significou a virada de perspectiva

PROMOÇÃO



APOIO





imediate das políticas públicas de enfrentamento à violência, consideramos que haverá um processo de maior participação social que favorecerá, finalmente, rumos mais democráticos para as mulheres no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres**. Brasília, SPM, 2011. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/hp/acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 09 mai. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Orçamentos da União exercício financeiro de 2020**: projeto de lei orçamentária nº 22, de 2019- CN, volume II consolidação dos programas de governo. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2020/red_final/Volume_II.pdf>. Acesso em 13 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. **Plano Plurianual 2016-2019**. Anexo I - Programas Temáticos p. 216. Brasília: Ministério da Economia, 2016.

BRASIL. Ministério da Economia. **Plano Plurianual 2020-2023**. Brasília: Ministério da Economia, 2020.

MARTINS, Annamaria da Silva Araújo. **Violência contra mulher**: expressões da opressão às mulheres sob a égide do capitalismo e do patriarcado. 2013. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social**: uma relação necessária. Revista Textos e Contextos, Porto Alegre, v.11, n. 1, 2012.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: Editora S.O.S Corpo, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

SIGA BRASIL. **Painel Especialista**. Disponível em: <<https://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=Senado%2FSiga>>

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



BrasilPainelEspecialista.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&select=LB137
,2019>. Acesso em 13 jun. 2023.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Violência e Serviço Social: notas críticas. **Revista Katálysis**. Florianópolis, SC, Brazil: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, v. 11, n. 2, p. 265-273, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/211590>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução: Maíra Mendes Galvão. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. Título original: The Straight Mind and other essays.

PROMOÇÃO



APOIO

